

ENSINO MÉDIO: CONTEXTO E REFORMA. AFINAL, DO QUE SE TRATA?

Ana Luiza Machado de Codes

Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

E-mail: <ana.codes@ipea.gov.br>.

Sérgio Luiz Doscher da Fonseca

Analista de planejamento e orçamento na Disoc/Ipea. *E-mail:* <sergio.fonseca@ipea.gov.br>.

Herton Ellery Araújo

Técnico de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea. *E-mail:* <herton.araujo@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2663>

Este texto se propôs a examinar o perfil da reforma do ensino médio no Brasil. Partiu-se da constatação de que os principais modelos destacam a formação para o mercado de trabalho, seja universidade ou carreira, e que o debate recente aponta para a necessidade de uma atuação mais aberta por parte da escola, de modo a preparar o sujeito para entrar na vida adulta de maneira bem-sucedida. Buscou-se então analisar o potencial da reforma para inserir valores básicos e edificantes na vida do estudante por meio do trabalho escolar.

De fato, observou-se que a reforma oportuniza a oferta de uma formação mais equilibrada, composta por aspectos instrumentais e outros, de ordem mais subjetiva, propiciados pela nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). É ela que traz ao ensino médio o compromisso de desenvolver competências mais amplas nos estudantes – integra as dimensões social, emocional e ética à proposta acadêmica, juntamente com os aspectos cognitivos e os conteúdos.

Com isso, a BNCC agrega atributos qualitativos a serem trabalhados pela escola, o que se constitui em uma carga extra e inédita ao ensino médio. Portanto, é necessário ampliar os modos e instrumentos para dar conta do desafio. Nesse quesito, a principal recomendação é incorporar, de maneira sistemática e massiva, serviços de profissionais de acompanhamento e aconselhamento aos estudantes – prática corrente em outros países, da qual despontam bons resultados.

A boa notícia é que já existem dispositivos *on-line* para aconselhamento e acompanhamento virtual que cumprem efetivamente a função. Isso diminui custos e amplia a escala do atendimento,

viabilizando sua adoção em grandes redes de ensino. Essa recomendação, portanto, constitui-se em uma opção de política pública com o objetivo de dar consistência e sustentação às novas propostas da BNCC.

SUMÁRIO EXECUTIVO